



ATIVIDADE INSPETIVA

ATIVIDADE PROCESSUAL

No âmbito da sua atividade processual, a ECFP proferiu decisões declaratórias relativas a processos de apreciação de contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada em 2020, Presidenciais de 2021 e de Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais 2021.

Na sequência dos procedimentos de fiscalização das contas, a ECFP instaurou processos de contraordenação, elaborando os respetivos autos de notícia respeitantes às eleições autárquicas locais de 2017, eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores de 2020 e de Presidenciais de 2021. Proferiu ainda decisões sancionatórias em processos de contraordenação respeitante contas anuais de partidos políticos de 2017 e eleições autárquicas locais de 2017. Foram proferidas pela ECFP deliberações, para efeitos de contraditório, respeitantes a omissão de apresentação de contas de campanha para a eleição da Assembleia da República de 2024 e eleições para as autarquias Locais de 2021, e eleições intercalares de 2023. A ECFP proferiu ainda, decisões finais em procedimentos relativos a omissão de apresentação de contas das campanhas eleitorais respeitante a eleições para as autarquias Locais de 2021, eleições para a Assembleia da República de 2024 e eleições para os órgãos das Autarquias Locais intercalares realizadas em 2022 e ainda relativas a contas anuais de 2023.

A ECFP proferiu várias deliberações de sustentação e remessa de processos para o Tribunal Constitucional na sequência de recursos interpostos de decisões sancionatórias. Foram emitidas certidões para execução coerciva da dívida, por ausência de pagamento das coimas aplicadas, e remetidas à Procuradoria Geral da República. Foram proferidas deliberações de pagamento de coimas em prestações.

Por fim, foram emitidos vários termos de encerramento de processos de contraordenação, determinando-se o respetivo arquivamento.





ATIVIDADE INSPETIVA

MEIOS DE PROPAGANDA POLÍTICA

A ECFP realizou inspeções aos meios envolvidos nas seguintes ações de propaganda política:

- IX Convenção Nacional (Iniciativa Liberal), no dia 1 de fevereiro, em Loures, efetuada por 1 técnico da ECFP.

A ECFP monitorizou ainda, por via digital, as seguintes ações de propaganda política:

- Jantar Comemorativo 100 anos Mário Soares (PS);
- Vigília Pela autoridade e contra a impunidade (CH);
- 5.º Encontro Nacional de Autarcas (PPD-PSD);
- Congresso CDS - Celebrar os 50 Anos do 1.º Congresso do CDS (CDS-PP);
- Tradicional Jantar de Reis Janeiras e homenagem, 50anos - PSD de S. João da Madeira (PPD-PSD);
- Academia do Poder Local ASD na Guarda 2025 (PPD-PSD);
- Comissão Nacional do Partido Socialista (PS);
- 50.º aniversário do PSD Mafra (PPD-PSD);
- XXII Congresso Regional do PS Madeira (PS);
- XXVI Congresso - Juventude Popular (CDS-PP);
- XI Congresso Regional do CDS/Açores (CDS-PP);
- II Fórum LGBTQI+ (BE);
- 104 anos do ACP: Projecto, Luta, Confiança! (PCP);
- Jantar - Dia da Mulher (PPD-PSD);
- Inauguração do Mural Colectivo de Azulejos "CUMPRIR (PCP).





OUTRAS ATIVIDADES

A 14 de janeiro, a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos na pessoa da Presidente, teve intervenção na audição da Comissão Eventual para o Acompanhamento Integrado da Execução e Monitorização da Agenda Anticorrupção.

A ECFP, no dia 29 de janeiro, esteve presente na 2.ª reunião da Rede Nacional de Cooperação Eleitoral, onde foram debatidos temas sobre o Enquadramento e Rede Europeia de Cooperação Eleitoral, a Rede Nacional de Cooperação Eleitoral e foi ainda, apresentado o Portal RNCE.

No dia 25 de fevereiro, a Presidente e a Vogal da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos estiveram presentes na Conferência Parlamentar sobre o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos bem como no dia 27 do mesmo mês estiveram presentes na Conferência de Inteligência Artificial, Democracia e Eleições, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e Comissão Nacional de Eleições (CNE).

A ECFP marcou presença na Conferência Anual organizada pela Authority for European Political Parties and European Political Foundations (Autoridade para os Partidos Políticos Europeus e as Fundações Políticas Europeias), realizada em 25 de março de 2025, em Bruxelas. Nesta conferência houve lugar para duas apresentações, uma por parte dos representantes do Tribunal de Contas de Espanha e outra dos representantes da Comissão Central Eleitoral da Moldávia. Os participantes tiveram ainda a oportunidade de participar no Workshop sobre a troca de melhores práticas e sobre o desenvolvimento adicional da Plataforma Europeia de Troca de Informações para Supervisão de Partidos Políticos.

